

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.728.563 - RN (2018/0052554-3)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : NADIA LINHARES DA SILVA**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA - RN000560A**  
**RECORRIDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por NADIA LINHARES DA SILVA, com fulcro nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DNIT. ACIDENTE. AUTOMOBILÍSTICO EM RODOVIA FEDERAL EXTENSA. CULPA DO SERVIÇO PÚBLICO NÃO VERIFICADA.

I. Trata-se de ação de indenização ajuizada por Nádia Linhares da Silva contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em que busca provimento jurisdicional que condene o demandado ao pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente na BR 101 em um carro que capotou em trecho sem sinalização ostensiva.

II. O MM. Juiz 'a quo' julgou improcedente o pedido sob o fundamento de que não restou comprovado o nexo de causalidade entre o acidente ocorrido e o ato imputável ao DNIT.

III. Inconformada, apelou a autora, afirmando que o acidente ocorreu em local em que a pista estava em obra de duplicação e sem sinalização.

IV. Apela, também o DNIT, pleiteando a condenação da parte autora em honorários advocatícios.

V. Em suas contrarrazões, o DNIT alega que a estatística demonstra que a maioria dos acidente ocorrem por negligência e imprudência dos motoristas.

VI. Cabe ao DNIT estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para os programas de segurança operacional, sinalização, manutenção ou conservação, restauração ou reposição de vias, terminais e instalações, pelo que a sua omissão abre caminho à responsabilização civil pelos danos causados a terceiros.

VII. Cumpre observar, no entanto, que a responsabilidade objetiva em casos de omissão estatal merece uma análise aprofundada, visto que não é todo ato omissivo do Estado que cria o dever de indenizar. Nesse sentido, deve encontrar-se presente a deficiência no funcionamento normal do serviço, surgindo a culpa quando a

prestação daquele não for adequada, tudo a depender do tipo do serviço prestado, levando-se em conta as circunstâncias de cada caso.

VIII. Em discussão, no presente caso, a ocorrência ou não da responsabilidade estatal por omissão no dever de fiscalizar as rodovias.

Considerando ser dever do Estado, através do DNIT, não apenas fiscalizar, mas manter e conservar as rodovias federais do país, não há como não considerar a dimensão geográfica do Brasil, fato que, na prática, torna impossível a realização da referida fiscalização ao longo de todas as estradas federais do país.

IX. No caso em apreço o boletim de ocorrência à 11.11, demonstra que a pista apresentava boa conservação, sem desnível, buracos, curvas ou desvios, e que o traçado da pista era em forma reta no ponto em que a autora perdeu o controle do carro.

X. Finalmente, ressalte-se que a ficha médica não relata que a autora ficará com limitações para qualquer tipo de trabalho.

XI. Honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00, mas sujeitos à suspensão da cobrança, em razão do pedido de justiça gratuita.

XII. Apelação do DNIT parcialmente provida e apelação do particular improvida" (fls. 134/134e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados pelo aresto de fls. 179/186e.

Nas razões do Recurso Especial, aponta a recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 37, §6º, da Constituição Federal e 1º, §3º, 20, 21 e 24 da Lei 9.503/97, 82 e 88 da Lei 10.233/2001, sustentando, em síntese, "a Responsabilidade Civil Objetiva do DNIT nos casos de acidentes por falhas nas rodovias nas rodovias federais e o nexo de causalidade entre a conduta omissiva da autarquia ré e os danos causados à autora" (fl. 216e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas contrarrazões (fls. 238/250e), foi o Recurso Especial admitido na origem (fls. 260/261e).

A irresignação não merece acolhimento.

Na origem, "trata-se de ação de indenização ajuizada por Nádia Linhares da Silva contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em que busca provimento jurisdicional que condene o demandado ao pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente na BR 101 em um carro que capotou em trecho sem sinalização ostensiva" (fl. 126e).

A sentença julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que não restou comprovado o nexo de causalidade entre o acidente e ao ato imputável ao DNIT (fls. 80/83e).

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento à Apelação da autora, manifestando-se firme nos seguintes fundamentos:

"No caso em apreço, o boletim de ocorrência à fl. 11, demonstra que a pista apresentava boa conservação, não apresentava desnível, buracos, curvas ou desvios, sendo o traçado da pista em forma reta, no ponto em que a autora perdeu o controle do carro.

Finalmente, ressalte-se que a ficha médica não relata que a autora ficará com limitações para qualquer tipo de trabalho.

Honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00, mas sujeitos à suspensão da cobrança, em razão do pedido de justiça gratuita" (fl. 130e).

Inicialmente, o Recurso Especial não constitui a via adequada para análise de maltrato a dispositivo de índole constitucional, matéria da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, **a**, da Constituição Federal.

No que diz respeito ao mérito, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

